



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE MONDIM DE BASTO, REALIZADA NO DIA 30 DE JUNHO
DE 2016 -----**

Aos trinta do mês de junho de dois mil e dezasseis, pelas dezoito horas, reuniu-se no Edifício da Assembleia Municipal de Mondim de Basto o órgão deliberativo deste Município. -----

PRESENCAS: -----

A deputada municipal Joana Assunção Faria da Cunha Alegre, impossibilitada de comparecer a esta sessão da Assembleia Municipal, requereu a sua substituição, nos termos do disposto no artigo 18º, nº1, alínea c), da Lei 75/2013, de 12 de setembro, por Artur Jorge Silva Miguel. -----

Encontravam-se presentes nesta sessão todos os elementos que nos termos do art.º 48º da Lei 169/99 de 18 de setembro com a redação que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002 de 11 janeiro, se impunha a obrigatoriedade ou dever de presença. -----

ABERTURA DA REUNIÃO -----

Pelas dezoito horas e quinze minutos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou aberta a presente reunião. -----

O senhor Agostinho Nunes procedeu à sua inscrição para intervir no ponto da ordem do dia - Intervenção do Público – para falar sobre as quezílias entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de São Cristóvão de Mondim de Basto. -----

Antes da ordem do dia -----

1.1- Assuntos gerais de interesse para o Município -----

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão de Mondim de Basto, Fernando Maria Dinis Carvalho Gomes, usou da palavra para fazer uma interpelação à Mesa dizendo que entende que é prática a Lei não ser respeitada e que tem aqui mais uma prova: fez um requerimento para que lhe



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

fosse fornecido o Protocolo da Uzardenovo e não lhe foi cedido, tendo feito uma denúncia à CADA – Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos e esta Comissão obrigou a Câmara Municipal a entregar-lhe o Protocolo, o que quer dizer que a Câmara não está a respeitar a Lei. E o mais interessante é que a CADA coloca aqui em assunto: Queixa apresentada pela Concelhia do CDS-PP de Mondim de Basto contra o Presidente da Assembleia Municipal. Referiu que já não sabe se é contra o Presidente da Assembleia Municipal ou se é contra o Presidente da Câmara mas de facto alguém não está a respeitar a Lei. É a terceira vez que está a pedir os ofícios da Delegação de Saúde sobre a qualidade da água e pela terceira vez não lhe são fornecidos. Acrescentou que não quer saber dos relatórios da Câmara Municipal, quer os ofícios que o delegado de saúde enviou à Câmara Municipal sobre o estado da qualidade da água. Como a Câmara Municipal colocou uma ação em tribunal contra o CDS-PP, referiu que precisava desses documentos e que os teria de pedir de novo à CADA e a CADA vai obrigar o Presidente da Câmara ou o Presidente da Assembleia Municipal a fornecer esses documentos. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para dizer que a Lei era cumprida. Todos os requerimentos que o senhor Presidente da Junta fez foram despachados para que fosse dada resposta. A Lei é cumprida mas se há alguma incompreensão por parte de quem tem os documentos com certeza que irão dar as respostas solicitadas. -----

O senhor deputado municipal João Diogo Alarcão Carvalho Branco usou da palavra para fazer uma alusão a questões nascidas ao redor da toponímia. A comissão reuniu, foi decidido por consenso e unanimidade e com perfeito espírito de cooperação e entregue, no prazo estabelecido de catorze de agosto, o parecer relativamente às sugestões a fazer. Houve efetivamente da sua parte, enquanto presidente dessa comissão, uma disposição para apresentar uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

fundamentação mais aprofundada das biografias das personagens sugeridas. O facto de eventualmente elas não terem chegado em devido tempo é da sua responsabilidade e não de nenhum dos membros desta comissão. O facto no entanto de não ter sido possível entregá-la em tempo útil não pode, no seu entender, constituir entrave a que os nomes sugeridos, todos eles merecedores do reconhecimento dos mondinenses, sejam apagados da nossa memória. Convém aqui recordar apenas alguns dos que fariam parte deste conjunto: um filho desta terra, conceituado médico-cirurgião que operou grátis dezenas de mondinenses na Santa Casa da Misericórdia de Mondim, para onde propositadamente se deslocava, sem encargos para ninguém, e que estará sempre na nossa memória; o maior industrial, empresário e o maior empregador deste concelho que alguma vez houve, o fundador da Mondinense e, para além disso, campeão nacional de uma modalidade desportiva, em época de tanta contenção, por vezes exagerada, de despesas públicas. Também foi proposto o nome de um deputado mondinense e antigo Presidente da Câmara que lutou e conseguiu a Comarca para Mondim de Basto, para além das legislações relativamente à indústria extrativa que hoje, com as pedreiras, tanto representa para a criação de riqueza e postos de trabalho no concelho. Um dos mais condecorados e respeitados oficiais do exército português, dezasseis vezes condecorado; vários mondinenses, que noutros países, criaram empresas de destaque para onde emigraram e que nunca esqueceram os seus conterrâneos a quem deram trabalho nem a terra onde nasceram e fizeram benfeitorias múltiplas. Acentuou, a título de exemplo deles, que quando a fome grassava no país mandavam comprar trigo ao Canadá e traziam para Mondim para ser distribuído grátis a quem tinha fome; o sacerdote que foi além disso fundador da Misericórdia e Administrador do concelho que, em conjunto com o senhor Carvalho Camões, ofereceram a este concelho, a suas totais expensas, a primeira sala de espetáculos que o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

concelho teve, e que veio a ser o salão-teatro-cinema dos bombeiros. E muitos mais foram propostos. Apagar estas personagens de merecida memória coletiva constitui, quanto a si, um apagão histórico e cultural mas que não só a estes pela sua dedicação e esforço tencionava a comissão prestar memória. Também isso se fazia relativamente aos mais humildes mas não menos responsáveis pelo bem-estar das populações da sua época, aqueles que desenvolveram as suas atividades profissionais. Foi proposto que fossem lembrados na toponímia mondinense profissões tradicionais do concelho como os agricultores, ferreiros, jornaleiros, padeiros, pedreiros, etc... Não constitui menosprezo nenhum, antes merecem todo o nosso respeito, mas lamentam que a única profissão que tivesse sido considerada merecedora de figurar no nome de uma rua foi a dos professores. O senhor José Teixeira Torres, por exemplo, editor e divulgador das memórias de Mondim através de postais ilustrados, desempenhou um papel de grande relevo nesta matéria e também não foi considerado. Esta desatenção pela memória histórica levou já a que um senhor, em tempos contratado para escrever um livro sobre o concelho, tivesse escrito «aqui em Mondim nunca nasceu ninguém que se destacasse». Pelos vistos, é assim que vamos continuar. Lamentam sinceramente que tenha sido assim já que estes são parte da história de Mondim. -----

O senhor deputado municipal Francisco Miguel Barros da Silva Ramos usou da palavra para solicitar ao senhor Presidente da Câmara esclarecimentos a um conjunto de questões que consideram ser da maior importância para todos os mondinenses. A primeira questão respeita à Barragem e que, como todos sabem, mantém a vida de muitas pessoas suspensa. Gostariam de saber como é que estão a decorrer os trabalhos de inventariação dos prejuízos sofridos e a sofrer pelos munícipes que são afetados pela construção e saber qual foi o resultado da reunião realizada pelo senhor Presidente da Câmara



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

relativamente à decisão da suspensão da construção com os autarcas de Amarante e de Celorico de Basto. Gostariam também de ouvir algumas palavras do senhor Presidente sobre a economia local porque quase diariamente veem jovens, adultos e famílias a saírem do concelho porque este não tem o que é de mais elementar para um agregado familiar que é o emprego. Relativamente a esta temática, gostariam de perguntar ao senhor Presidente se sabe qual é a taxa de residentes em situação de desemprego no concelho, qual a faixa etária que mais é afetada, quais as áreas profissionais em que se verifica maior taxa de desemprego e saber o que pode dizer sobre as perspetivas no futuro do desenvolvimento do concelho e sobre as perspetivas de arranjar emprego. Também gostariam de perguntar se é estratégia do município investir totalmente no turismo deixando para trás outras áreas importantes do concelho. -----

O senhor deputado municipal Armindo Marinho Henrique usou da palavra para dar um elogio ao executivo pelo trabalho feito em Ermelo com o traçado pedestre das Fisgas. Considera que este tipo de projeto tem de ser acompanhado por outras coisas, nomeadamente pela limpeza das aldeias que estão uma lástima. Não se deve estar à espera dos incêndios para limpar novamente as aldeias como foi o que aconteceu há cerca de três anos. É preciso ver o que é que pertence à Câmara porque as estradas municipais têm de ser urgentemente limpas, o mesmo deve acontecer com as que pertencem à Junta de Freguesia. -----

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão de Mondim de Basto, Fernando Maria Dinis Carvalho Gomes, usou da palavra para dizer que o senhor Presidente da Câmara veio para o facebook fazer umas declarações habilidosas, dizendo que foram arquivados os processos mas na realidade eles não foram arquivados pois o CDS-PP tem vinte dias para abrir a instrução do processo e que o senhor Presidente se esqueceu de dizer que o seu ex-adjunto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

foi acusado de crime de peculato. Afirmou que o CDS-PP não foi irresponsável, alertou que o dinheiro das viaturas não tinha entrado nos cofres da autarquia. O senhor Presidente não quis saber nem forneceu as informações solicitadas pelo que o CDS-PP recorreu a outras entidades – CADA ou Ministério Público – e este caso era grave e ficou provado que o dinheiro não entrou na caixa e que essa pessoa fez uso do dinheiro. Mas o senhor Presidente da Câmara não deve cantar vitória porque não ficou provado nada contra a sua pessoa mas foram provadas ilegalidades. Mas o CDS-PP irá reforçar a sua queixa, poderá ser arquivada, mas irá reforçá-la. O facto do ex-adjunto do senhor Presidente da Câmara, uma pessoa nomeada por si politicamente, ter desviado dinheiro da autarquia é grave e é da responsabilidade do senhor Presidente da Câmara. Concluiu dizendo que o CDS-PP não fez uma queixa irresponsável. -----

O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que não contava fazer nenhuma referência relativamente a esta última questão embora tivesse uma declaração escrita que agora fazia questão de ler pois considera que aquilo a que assistiu aqui foi um momento triste. Primeiro, não se acusa ninguém sem factos, e toda a gente tem a presunção da inocência pelo que vir aqui dizer o que o senhor Presidente da Junta disse é absolutamente lamentável. De seguida passou a ler uma declaração que diz o seguinte: *«Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhores deputados, senhores vereadores. Várias e repetidas vezes nesta Assembleia os senhores deputados usam da palavra para defender a honra. Chegou a minha vez de o fazer. Faço-o sem qualquer entusiasmo e apenas pelo exercício de um direito ao dispor de qualquer pessoa honrada. Fui recentemente notificado pelo Ministério Público de Vila Real do arquivamento de duas participações crime contra mim. Uma contra a Câmara Municipal baseada numa denúncia anónima com um texto alinhado com um discurso da oposição e outra contra mim, Presidente da Câmara, com base numa denúncia assinada pelo senhor Fernando Gomes, líder do CDS local. O Ministério*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Público, após a conclusão das investigações e declarado o encerramento de ambos os inquéritos, poderia deduzir acusação ou decidir pelo seu arquivamento. A sua decisão foi de arquivamento por ter considerado que os serviços da Câmara cumpriram todos os procedimentos legais na venda de viaturas usadas sem qualquer interferência do Presidente da Câmara, pelo Presidente não ter recebido nem ter autorizado indevidamente ou ilegalmente qualquer despesa de deslocação ao serviço do município que anteriormente tenha pago do seu bolso, por não haver qualquer ilegalidade na contratação de obras públicas da autarquia. Todas as queixas que foram feitas contra mim foram consideradas improcedentes. Estas queixas infundadas, como este arquivamento comprova, tiveram apenas como objetivo denegrir e lançar suspeita sobre mim, sobre o executivo e sobre o bom nome da Câmara Municipal. O lançar de suspeitas infundadas recorrendo a queixas baseadas apenas em vingança política para se obter notícias fáceis, é denegrir o bom nome das pessoas merecendo uma denúncia pública. Este comportamento afasta-se dos valores democráticos e prejudica o bom nome de pessoas honradas, que estão na política por bem, sem interesses, para fazer o que melhor sabem e podem para o bem-estar comum da comunidade. Sabemos que, injustamente, as notícias do arquivamento dos processos não têm o mesmo relevo mediático que é dado às queixas. A melhor resposta ao óbvio e às calúnias é, e sempre foi, o silêncio. Por essa razão, não irei responder em termos pessoais mas sempre com firmeza e determinação, com uma gestão cuidadosa dos bens públicos e com o desenvolvimento de iniciativas para o concelho de Mondim de Basto. É o que temos feito e é o que vamos continuar a fazer». Sobre as questões que foram colocadas sobre a toponímia, o senhor Presidente da Câmara esclareceu que seria o senhor Vereador Paulo Mota que iria responder mas considera que o senhor deputado João Diogo Alarcão Carvalho Branco pintou aqui um quadro não muito correto, nem elegante, depois de ter apresentado os nomes, numa reunião, e agora tornar isso público. O que é importante é que o processo da toponímia, que já se arrastava há muitos anos, irá ser concluído no final deste ano. É esse o objetivo deste executivo e é para isso que está a trabalhar. O que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

é importante no meio disto tudo é que o concelho fique com uma cobertura total ao nível da toponímia e da numeração de polícia. Se uma rua devia ter o nome deste ou daquele, sobre isso também tem a sua opinião, não a quer manifestar porque acha que não o deve fazer, mas considera que o senhor deputado se esqueceu de dizer que algumas das pessoas que referiu já foram homenageadas pelo município. Esse reconhecimento público já foi feito nalguns casos, noutros admite que não, mas com certeza que será encontrada forma de o município poder homenagear essas pessoas. Mas lembrou também que esta terra não foi construída só com as pessoas que referiu. Há milhares de pessoas que trabalharam nestes campos, que esculpiram a pedra, e essas pessoas também devem ser respeitadas e homenageadas. Sobre a intervenção do senhor deputado Francisco Ramos e relativamente à questão da barragem, referiu que o processo está a decorrer, está na fase final, houve reuniões com a empresa, está tudo em linha com aquilo com que a autarquia se comprometeu e quando o processo for concluído será dada nota pública das conclusões, sempre na defesa do interesse público. O contacto entre a autarquia, a empresa e o Governo requer discrição e responsabilidade e é isso que a autarquia está a fazer. Quando se chegar ao fim da negociação ou se houver algum acordo será dada nota. Sobre a questão da economia local e os números, se o senhor deputado consultar o site do INE certamente que estão lá esses dados que referiu e poderá verificar que os dados do desemprego estão em linha com aquilo que é a média nacional. Quando se diz que de Mondim saem jovens porque não têm emprego, a pergunta que faz de forma recorrente é: E nos outros sítios? Nos últimos anos saíram do país quatrocentos mil jovens que não tiveram emprego pelo que certamente saíram muitos de Mondim. É claro que o desejável seria ter todos cá e está-se a trabalhar para isso mas são questões que não dependem apenas da autarquia. Mas lembrou também que para alguns, e porque o senhor deputado Francisco



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Ramos falou aqui em qual a estratégia de turismo, até há uns meses atrás o executivo não investia no turismo – o turismo era a principal aposta de Mondim – e de um momento para o outro porque descobriram que até há investimento só o turismo não chega. De facto está a ser feito um investimento no turismo, tendo sido assinado um contrato de quase meio milhão de euros para promoção do território, estão a nascer unidades de alojamento, o hotel irá divulgar um investimento de dois milhões e oitocentos mil euros, a começar em setembro. Se isso não é criação de riqueza e de postos de trabalho é o quê? Certamente que depois se fará a análise e a discussão de quem é que, na altura, quando foi apresentada essa proposta do investimento do hotel, quem é que esteve a favor e quem é que esteve contra, porque é muito fácil ir ali ao micro e falar na promoção de emprego mas depois, quando há oportunidades de promoção de emprego, quem é que está a favor. Relativamente à questão que falou o senhor deputado Armindo Marinho Henrique sobre o trilho agradeceu-lhe o elogio, só lhe fica bem pois de facto o senhor deputado está em Ermelo e pode presenciar o sucesso que tem aquele percurso e todo o trabalho e as iniciativas que a autarquia tem feito para o turismo. Sobre a questão da limpeza das aldeias, de facto passou na Fervença e há sítios onde a limpeza está adiantada, outros onde está mais atrasada. Há um facto que é incontornável é que este ano foi um ano especialmente húmido e a Câmara e as Juntas não têm recursos suficientes para manter tudo limpo ao mesmo tempo. Naturalmente que tem de haver aqui um esforço da Câmara e está-se a fazê-lo para procurar, com os recursos que existem e reforçando os meios, ter o concelho limpo mas reconhecendo que não é possível, com as centenas de quilómetros e com os meios que existem, ter tudo como seria desejável. -----

O senhor Vereador Paulo Jorge Mota da Silva usou da palavra para se referir à toponímia e para dizer que iriam ser obrigados a confirmar a entrega



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

de catorze de agosto pelo senhor deputado João Alarcão porque na realidade não é essa a ideia que existe, tendo havido inclusive um contacto que consta da proposta que foi apresentada em reunião de Câmara. Em relação aos restantes comentários que foram aqui feitos, arriscou em dizer que nunca imaginou que isso fosse possível, aqui em sede de Assembleia, e numa reunião pública, que fossem discutidos nomes da forma que foram e, ainda por cima, fazendo as acusações que foram feitas, dizendo mesmo que há uma tentativa de apagar a história. Isso é grave e irá minar por completo uma discussão futura que terá de ser feita, que irá resultar no reconhecimento que essas pessoas certamente merecem, mas que deveriam ser reconhecidas de forma unanime e reservada porque é assim que estas coisas se tratam. Qualquer pessoa ficou aqui com a ideia de que aquilo que foi feito foi realmente o silenciar destas propostas e não foi isso. Pessoalmente, faria esses comentários de uma forma mais reservada e esclarecia-os porque, sem dúvida nenhuma, daqui para a frente, a discussão fica minada porque obviamente que foram aqui feitas acusações que não fazem o mínimo fundamento. Esclareceu que a proposta de toponímia é uma proposta da Câmara Municipal. A comissão debruça-se sobre essa proposta mas sempre foi dito que é uma proposta da Câmara Municipal e à comissão é-lhe pedido parecer sobre essa proposta. Sobre os nomes, entendem que não é este o momento para reconhecer essas pessoas. Não é num processo de atribuição de topónimos a todas as ruas da vila mas sim num momento digno desse reconhecimento, num momento solene, em momento oportuno, e com cerimónia que certamente essas pessoas merecerão, e cuja discussão deveria ser feita em círculo restrito para que este reconhecimento fosse realmente unanime, nesse momento fosse atribuído esse topónimo. Foi sempre esta a opinião do executivo e a que sempre manifestou. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

O senhor deputado municipal Francisco Miguel Barros da Silva Ramos usou da palavra para dizer ao senhor Presidente da Câmara que discorda pois não fez perguntas genéricas mas sim perguntas muito concretas. Quanto à inventariação, a pergunta foi feita porque na Assembleia do dia vinte e dois de abril o senhor Presidente, nos esclarecimentos que prestou, disse que já tinha contratado uma empresa e que já estariam a preparar essas situações para depois decidirem se intentarão uma ação judicial ou não. Aquilo que perguntou não foi os resultados dessa inventariação, mas sim se essa inventariação já começou. Também no dia vinte e dois de abril o senhor Presidente referiu que passados poucos dias ia ter uma reunião com os presidentes de câmara de Amarante e Celorico e o que eu perguntou não foi o resultado dessa reunião, mas sim saber se ela foi realizada e se está a haver evolução, porque acha que são temas da maior importância para os mondinenses. Quanto à outra questão sobre a economia local, considera que são perguntas básicas que mereciam uma resposta básica de quem é o líder do concelho. Os resultados do INE estão lá, acredita que sim, mas não é o INE que define uma estratégia. Na sua modesta opinião, o mínimo que se exigia é que soubesse pelo menos esse tipo de percentagens e tipo de dados. Quanto ao turismo, às vezes tenta-se aqui deturpar aquilo que é dito e nunca ninguém, pelo menos da sua parte, nunca ninguém o ouviu estar contra o turismo. Aliás, é sua opinião que deve ser um dos pilares mestres daquilo que deve ser o desenvolvimento da economia local. Mas não é só turismo. Há outros setores – o granito, a agricultura, a floresta, a gastronomia. Aquilo que perguntava era, nestas áreas, que estratégia é que existe da parte do município para também desenvolver o concelho porque só de forma agregada isso será possível. Quanto ao facto de no país também haver emigração, todos nós também conhecemos colegas e familiares nossos que não emigram lá para fora, emigram para outras terras vizinhas e há emprego. E ainda que não houvesse,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

nós não nos podemos resignar, temos que ter uma atitude ativa para alterar este estado de situação e é com políticas e com ações locais que se mudam as coisas a nível nacional. Portanto, agradeceu que as suas questões fossem esclarecidas pelo senhor Presidente da Câmara. -----

O senhor deputado municipal João Diogo Alarcão Carvalho Branco usou da palavra para dizer que reteve da parte do senhor Presidente da Câmara o termo «deselegância», juízo que o senhor vereador também repetiu. Afirmou que não veio para o facebook nem a nenhum local público discutir estas questões. Está a discuti-las onde elas devem ser discutidas, que é na Assembleia Municipal. Na Assembleia Municipal procedeu-se à elaboração de um projeto que foi unanime e que foi entregue e é merecedor de ser discutido neste local, que é o local por excelência para estas questões serem discutidas. Portanto discorda completamente. Em relação ao senhor Presidente da Câmara, congratula quando chamou a atenção de que não foram só essas pessoas pois com certeza que não foram só as pessoas que citou. Mas precisamente por isso é que tiveram o cuidado, e não as leu todas, de reservar para uma série de ruas o nome de profissões. O senhor Presidente falou nos pedreiros e congratula-se porque são de uma terra que toda a vida se habituaram a trabalhar o granito e a moldá-lo e que são realmente merecedores dessa homenagem. Quanto à referência feita de que compete à Câmara Municipal e ao executivo, todos sabiam mesmo quando a comissão foi formada. A comissão é consultiva. Compete à Câmara tomar a decisão pois contesta exatamente essa decisão tomada. -----

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão de Mondim de Basto, Fernando Maria Dinis Carvalho Gomes usou da palavra para dizer que o próprio tinha entregue à colaboradora da autarquia, no dia catorze de agosto, o relatório da toponímia, pelo que se o mesmo não chegou às mãos do executivo teremos de saber o que é que se passou. É por isso que o senhor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

deputado João Alarcão afirma que apagaram os nomes. Afirmou que também considera triste o facto do senhor Presidente da Câmara ir para o facebook fazer afirmações agressivas, chamar-lhe de radical e extremista. Realçou que a queixa anónima não era sua, pois quando tiver qualquer situação com o senhor Presidente assinará o seu nome, não tendo qualquer receio. E como o senhor Presidente da Câmara sabe e como os juristas aqui presentes sabem, o Ministério Público despachou o arquivamento de acusação. Quer o ex-adjunto como o CDS-PP podem reclamar desse despacho, é um direito que nós temos, havendo vinte dias, pelo que ainda se pode alterar muita coisa. O que o senhor Presidente da Câmara devia dizer no facebook é que o seu ex-adjunto foi acusado pois é referido no documento que cometeu, na forma consumada, um crime de peculato. O CDS-PP pediu esclarecimentos por requerimento o qual nunca foi respondido. Se o senhor Presidente está à vontade e gosta da transparência deveria apresentar os relatórios do delegado de saúde. O CDS-PP não apresentou queixa sobre o procedimento da venda das viaturas, o que o CDS queria saber era se o dinheiro entrou ou não nos cofres da autarquia. E é neste documento que está provado. Entende que o senhor Presidente da Câmara gosta é de deturpar as coisas e que quem o ouve pensa que é uma pessoa de bons exemplos mas que, quando estava na oposição, publicou no seu blogue o seguinte: «Câmara paga muros em pedra para vedar propriedade privada» e «Perante este flagrante escândalo resta ao PS cumprir a sua missão enquanto oposição, informar todos os mondinenses e denunciar esta situação às autoridades competentes para que se pronunciem». Considera que o senhor Presidente da Câmara teve a mesma atitude que o CDS-PP está a ter agora e que não quer, porque não lhe fica bem, usar um mail pessoal que tem, não vai fazer isso, não vai divulgá-lo, mas um dia, em última circunstancia, publica e assume as consequências. Reafirmou que o senhor Presidente não é aquela pessoa que quer transparecer agora e que fez aqui uma acusação grave a umas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

pessoas e até hoje não pediu desculpa a essas pessoas. O senhor Presidente da Câmara denegriu a imagem dessas pessoas e colocou em causa a sua honestidade e até à data não provou nada. -----

O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que não se queria alongar sobre isto e que lamentava isto tudo. Relativamente à troca de mails, referiu que, quando o senhor Presidente da Junta quisesse vasculhar no passado o fizesse pois ambos tinham umas contas para ajustar. Acha isto lamentável, o que sabe, e isso é factual, é que foi alvo de cinco queixas, todas arquivadas. Isto é o que pode dizer, não irá referir mais nada e lamenta esta linguagem e não contribui para isto. -----

1.2 - Correspondência recebida e enviada pela Assembleia Municipal ---

De seguida, pelo Senhor Presidente da Mesa, Valentim Carvalho Macedo, foi presente a correspondência recebida e enviada. -----

2-Ordem do dia -----

2.1- Aprovação da ata da reunião ordinária de 22 de abril de 2016 e da reunião extraordinária de 25 de abril de 2016 -----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a aprovação da ata da reunião de 22 de abril 2016 que foi aprovada por maioria do presentes. -----

De seguida, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a aprovação da ata da reunião de 25 de abril 2016 que foi aprovada por maioria do presentes. -----

2.2- Aprovação da Prestação de Contas Consolidadas referentes ao ano de 2015 -----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a aprovação Prestação de Contas Consolidadas referentes ao ano de 2015 que foi aprovada por maioria com dezoito votos a favor e três abstenções. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

2.3- Aprovação da 2ª Revisão ao Orçamento de 2016-----

O senhor deputado municipal Francisco Miguel Barros da Silva Ramos usou da palavra para perguntar que passeios passam a estar englobados, para além do passeio para Pedravedra e do passeio para a Serra, uma vez que houve aqui uma alteração de nomenclatura mais generalizada dando a ideia de que vão ser feitos outros para além daqueles, pelo que a pergunta que coloca é no sentido de saber se vão ser feitos outros, se se mantém a construção daqueles e qual o timing de execução. -----

O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que no Plano Plurianual de Investimentos estava inscrita uma verba para passeios para Pedravedra e passeios para a Serra. O que se está agora a fazer, e daí essa alteração, é, neste momento, e depois da discussão do plano de mobilidade sustentável no âmbito da Comunidade Intermunicipal, existe já uma ideia do valor que pode ser atribuído a cada município e neste caso a Mondim, pelo que entenderam que deveriam dar apenas uma designação, fazer um projeto, e depois, dentro do valor que estiver atribuído, o projetista irá dizer o que se pode incluir nessa verba. Naturalmente que se tentará incluir o máximo possível, pelo que é por isso que tem essa designação que se ajusta ao regulamento do plano de mobilidade urbano sustentável que os municípios estão agora a trabalhar. -----

Não havendo mais intervenções, **o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a Aprovação da 2ª Revisão ao Orçamento de 2016 que foi aprovada por unanimidade.** -----

2.4- Aprovação da Alteração da Organização dos Serviços Municipais do Município de Mondim de Basto em conformidade com a Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto e alteração do Mapa de Pessoal -----

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão de Mondim de Basto, Fernando Maria Dinis Carvalho Gomes, usou da palavra para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

questionar o senhor Presidente da Câmara pois o documento refere que a autarquia ainda não atingiu o equilíbrio financeiro. De acordo com o saneamento financeiro, está prevista a data para o equilíbrio financeiro, havendo cumprimento, como tem sido feito. Portanto, pergunta ao senhor Presidente da Câmara em que data entrou, ou vai entrar, em equilíbrio financeiro. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou ao senhor Presidente da Câmara se queria prestar esclarecimentos ao que o senhor Presidente da Câmara respondeu que não. -----

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão de Mondim de Basto, Fernando Maria Dinis Carvalho Gomes, usou da palavra para dizer que lamentava a atitude do senhor Presidente da Câmara. Considera ser uma falta de democracia e abuso de poder porque o papel do senhor Presidente da Câmara, nesta Assembleia Municipal, é prestar informação não só a ele mas ao público e o público merece uma resposta. Esta sua questão não é ofensiva, é uma questão pertinente e que faz todo o sentido porque não é verdade o que está escrito na proposta e, quando é assim, o senhor Presidente da Câmara nunca responde. É como com os requerimentos. Quando o CDS põe qualquer coisa em causa o senhor Presidente da Câmara muitas vezes não responde e, quando responde, não é aquilo que se pretende e é por isso que existe o Ministério Público para o obrigar a cumprir. -----

O senhor deputado municipal João Diogo Alarcão Carvalho Branco usou da palavra para dizer que era obrigado, por respeito também à dignidade dos deputados, a reiterar as declarações feitas pelo seu colega de bancada. Considera que a pergunta foi feita em termos perfeitamente aceitáveis e uma declaração ou uma intenção de não responder não lhe parece efetivamente a melhor forma de provar o respeito pela Assembleia. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a Aprovação da Alteração da Organização dos Serviços Municipais do Município de Mondim de Basto em conformidade com a Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto e alteração do Mapa de Pessoal que foi aprovada por maioria com dezoito votos a favor e três abstenções.** -----

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão de Mondim de Basto, Fernando Maria Dinis Carvalho Gomes, usou da palavra para dizer que a intenção de voto do CDS-PP no sentido da abstenção se deve à falta de informação sem a qual não lhes é possível definir um voto claro pelo que a abstenção é o voto mais adequado. -----

2.5- Aprovação de Apoio financeiro a conceder à União de Freguesias de Campanhó e Paradaña -----

O senhor deputado municipal Francisco Miguel Barros da Silva Ramos usou da palavra para dizer que todos os apoios às juntas de freguesia são de louvar pelo que só merecerá o apoio do grupo parlamentar. O que o leva aqui a questionar é, em primeiro lugar, pedir que haja equitatividade nos apoios a dar às freguesias, e colocar uma questão que se refere também à freguesia de Atei e que tem a ver com o apoio para o Campo de Futebol pelo que perguntava ao senhor Presidente da Câmara se os contratos que foram aqui aprovados já foram assinados. -----

Não havendo intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a Aprovação de Apoio financeiro a conceder à União de Freguesias de Campanhó e Paradaña que foi aprovada por unanimidade.** -----

2.6- Aprovação de Apoio financeiro a conceder à União de Freguesias de Ermelo e Pardelhas -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Não havendo intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa** colocou à **votação a Aprovação de Apoio financeiro a conceder à União de Freguesias de Ermelo e Pardelhas que foi aprovada por unanimidade. --**

2.7- Aprovação de Apoio financeiro a conceder à Freguesia de Vilar de Ferreiros -----

Não havendo intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa** colocou à **votação a Aprovação de Apoio financeiro a conceder à Freguesia de Vilar de Ferreiros que foi aprovada por unanimidade. -----**

2.8- Aprovação do Projeto de Regulamento de Concessão de Regalias Sociais aos Bombeiros Voluntários do Município de Mondim de Basto -

O senhor deputado municipal Francisco Miguel Barros da Silva Ramos usou da palavra para dizer que é apoiada a decisão que foi tomada pelo executivo que, a par de outros municípios, têm vindo a conceder um apoio extra aquilo que eram os apoios gerais às Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários que prestam um serviço que é reconhecido, não merece qualquer tipo de discussão, portanto tudo aquilo que é em prol dos seus elementos e de lhes dar melhores condições de trabalho será bem-vindo e terá certamente o apoio e a aprovação do PSD. -----

Não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa** colocou à **votação a Aprovação do Projeto de Regulamento de Concessão de Regalias Sociais aos Bombeiros Voluntários do Município de Mondim de Basto que foi aprovada por unanimidade. --**

2.9- Regulamento de Abastecimento de Água e de Drenagem de Águas Residuais do Município de Mondim de Basto -----

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão de Mondim de Basto, Fernando Maria Dinis Carvalho Gomes, usou da palavra para dizer que compreende que, para haver um bom serviço de fornecimento de água, é preciso haver receitas, é preciso que o sistema não seja um sistema que dê



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

prejuízos mas, se não se engana, já é a segunda ou a terceira vez que vai haver um aumento de água no concelho. Acha que deve haver sacrifício noutras matérias para que os valores da água e dos resíduos se mantenham porque já há família que têm dificuldades ou a ter um peso no seu orçamento familiar com essa despesa. Também queria fazer uma observação, vale o que vale, não é ofensiva, acha que foi um pouco inadequado fazer o aumento da água nesta altura do verão em que vão surgir aqui mais famílias, mais emigrantes, e acha que deveria haver uma calma e esperar-se dois meses para se fazer esse aumento. Mas, cada um toma as suas decisões e respeita e acata com toda a democracia. -----

O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para partilhar com a Assembleia que a atualização do preço da água é uma obrigação legal. A Câmara, por força da Lei, será obrigada muito provavelmente a aumentar o preço da água. A autarquia tem resistido a esse aumento, tem feito alguns aumentos é verdade, porque o ponto de partida era muito baixo e não havia condições de manter o serviço com a água a um preço tão baixo. A autarquia poderia aumentar dez ou vinte por cento o ano todo mas tomou uma opção que é aumentar apenas durante os meses de verão – junho, julho, agosto e setembro. Isto tem sobretudo um efeito para ver se se consegue que não haja abusos no consumo da água para outros fins. Todos sabemos que quando o preço da água é muito baixo as pessoas têm tendência a usar a água não só para os fins domésticos, como para outros fins. E este aumento de dez por cento tem apenas esse objetivo e este valor no orçamento da Câmara representa muito pouco. Este aumento fica muito aquém do valor que um dia poderemos ter que vir a atualizar e não é uma sobrecarga no orçamento das famílias. É sim uma opção que em vez de se aumentar a água durante o ano todo se faz o aumento apenas nos meses de verão. É verdade que durante o verão há mais pessoas mas também há mais consumo pelo que o risco de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

haver falta de água é maior. O executivo tomou esta decisão porque é a Câmara que gere a água porque se não fosse a autarquia a gerir a água nunca se poderia tomar esta medida. -----

Não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a Aprovação do Regulamento de Abastecimento de Água e de Drenagem de Águas Residuais do Município de Mondim de Basto que foi aprovada por maioria com catorze votos a favor e sete abstenções.** -----

2.10- Nomeação de um Presidente de Junta de Freguesia para o Conselho Municipal de Turismo de Mondim de Basto -----

O senhor deputado municipal João Diogo Alarcão Carvalho Branco usou da palavra para perguntar se efetivamente a constituição deste conselho não exige, como outros regulamentos e estatutos e constituição de comissões, ser votada em Assembleia. É uma pergunta, não está a contestar, mas no fundo é explicar como é que nasce porque noutros municípios as propostas de regulamentos de conselhos de turismo são votadas e aprovadas em Assembleia Municipal. Gostaria também de, para saber aquilo que se está a votar, de saber porque no artigo quarto da composição dos tais estatutos que estão a ter conhecimento prevê-se uma determinada constituição, com representantes de diferentes organismos, esses também são escolhidos, também são eleitos, ou são apenas nomeados por seja quem for? -----

O senhor Vereador Paulo Jorge Mota da Silva usou da palavra para explicar que se optou por esta figura dos estatutos e não pela figura do regulamento essencialmente para poupar algum tempo e dinheiro à autarquia. Se tivessem optado pela figura do regulamento, ele teria que seguir para Diário da República, publicação e discussão pública, e entenderam que se trata de um conselho consultivo, não lhes parece que seja muito premente essa discussão pública e que, ao invés de se ter um regulamento do conselho municipal de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

turismo, um estatuto seria suficiente. Poderiam também ter trazido só a eleição do Presidente de Junta aqui a esta Assembleia mas entenderam que, não sendo obrigatória a votação em Assembleia, trazê-la a conhecimento da Assembleia juntamente com esta eleição. É só uma questão de procedimento, mais ágil, fica mais barato à autarquia e não lhe parece ser relevante para o assunto. Os setoriais serão eleitos entre os grupos setoriais que começarão a ser reunidos, alguns deles já reúnem regularmente, haverá outros que irão certamente reunir pela primeira vez onde serão convidados a eleger um representante desse setor. -----

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão de Mondim de Basto, Fernando Maria Dinis Carvalho Gomes, usou da palavra para dizer que entende que no Conselho Municipal de Turismo faltam algumas figuras, nomeadamente uma entidade na área da investigação, que é a UTAD, falta um representante da Federação Portuguesa de Campismo do Turismo de Portugal, dois cidadãos de reconhecida idoneidade residentes no concelho também fazia sentido, e pensa que também poderia ter um Observatório, Vê também aqui nos estatutos que está previsto o Conselho reunir duas vezes por ano, acha muito pouco para um concelho que quer apostar no turismo. De seguida, apresentou uma proposta à Mesa que se passa a transcrever: *«Em boa hora a Câmara Municipal, seguindo o exemplo de outros municípios, lançou o Conselho Municipal de Turismo, um bom passo para, passamos a citar, “criar uma plataforma de debate (...) contribuir para a qualificação da oferta turística (...) qualificação do destino turístico”. Deve o Conselho Municipal “(...) promover, acompanhar, analisar, debater e sustentar um processo de reflexão estratégica sobre o setor turístico de Mondim de Basto, mobilizando os agentes locais do setor e permitir desta forma, delinear estratégias de atuação para o turismo”. Contudo, considerando as dúvidas que se colocam na sua Natureza e Funções e o atual contexto do setor turístico municipal, onde há uma extrema necessidade de captação de investimento, as estratégias adotadas exigem mais do que momentos de reflexão*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

e mobilização dos agentes locais. É fundamental a recolha de indicadores, sobre os quais os investidores se debruçam nas suas decisões de investimento. A par da criação do Conselho Municipal, propomos a criação, em simultâneo, de um Observatório de Turismo no concelho. Este Observatório de Turismo apresenta como objetivos trabalhar indicadores, através de análises setoriais, produzir informação estatística da atividade turística (levar a cabo estudos setoriais sobre o perfil do visitante, taxa de ocupação, dormidas e gastos per capita dos turistas), facilitar o planeamento e a gestão pública e privada da atividade, mantendo uma informação mais completa, adequada e real sobre a atividade turística local. Trata-se de um sistema completo composto por recursos humanos, técnicos e tecnológicos todos eles interdisciplinares, que desenha e aplica metodologias de procura de informação com o objetivo de elaborar estatísticas sobre variáveis turísticas específicas e o seu impacto. Procura agregar informação capaz de ancorar a otimização de recursos, atividades e contribuir decisivamente para uma gestão consolidada e informada do setor do turismo. Desta forma, irá permitir aos empresários, investidores, operadores e agentes de viagens que trabalham o destino, terem informação completa, adequada e real, de modo a orientarem as suas estratégias e investimentos. Permitirá igualmente as necessidades de formação em estabelecimentos de restauração e bebidas, os espaços com vocação para o setor do turismo de negócios, bem como museus e outros vocacionados para a animação turística. Mais propomos que na composição do Conselho Municipal de Turismo tenha assento um representante das entidades de ensino e investigação, como é a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal, o Núcleo Empresarial de Mondim de Basto e três cidadãos de reconhecida idoneidade, residentes no concelho e eleitos pela Assembleia Municipal». -----

O deputado municipal João Armando Saraiva Pereira de Almeida usou da palavra para referir que o Partido Socialista indicava o Presidente da Junta de União de Freguesias de Ermelo e Pardelhas, José Ferreira da Mota – Lista A. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

O deputado municipal João Diogo Alarcão Carvalho Branco usou da palavra para indicar pelo CDS-PP o Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão de Mondim de Basto, Fernando Carvalho Gomes – Lista B. -----

Não havendo mais propostas, procedeu-se à votação, por escrutínio secreto, tendo a lista A recolhido catorze votos a favor e a lista B sete votos.

Ficou deliberado que o Senhor Presidente da União das Freguesias de Ermelo e Pardelhas será o representante no Conselho Municipal de Turismo de Mondim de Basto. -----

2.11- Proposta do CDS-PP – Alterações ao Mapa Judiciário -----

O senhor deputado municipal Alfredo Manuel Lopes Coelho Mendonça usou da palavra para dizer que entende que todas as propostas que sejam apresentadas nesta Casa para trazer o Tribunal outra vez para o concelho são benéficas. E também e já agora adiantando as respostas do executivo que diz sempre que a lei da reforma do mapa judiciário é do PSD, o que o traz aqui não é saber se a lei é cor-de-rosa, se é laranja, se é azul, para ele é irrelevante quem aprovou a Lei. O que interessa é melhorar a vida aos mondinenses. Quanto a esta proposta do CDS-PP, o seu benefício é que o que for feito, porque ainda não sabem pelo que pensa que é prematuro tirar algumas conclusões, porque não sabem como é que vai ser o novo projeto de lei, mas seja como for, mesmo pelas linhas mestras que foram ditas, é preciso referir que o concelho de Mondim de Basto já há muitos anos que não tem Tribunal do Trabalho, também não tem Tribunal Administrativo, sempre funcionaram fora da comarca. No fundo, o que nos restava era noventa por cento dos litígios que grassavam aqui no concelho. E o que este aditamento à reforma diz é que vão ser julgados no concelho os crimes que tenham uma moldura penal até cinco anos, ficando de fora tudo o resto. É preciso frisar que não sabemos ainda o que engloba a dita proposta porque se englobarmos só isto dos julgamentos é muito pouco. Se englobarmos aqui desde que um processo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

nasce até que é dada a sentença, já é muito porque, até haver a sentença, há instrução, há deslocamentos da povoação à Procuradoria, etc... Há aqui ainda muito caminho para andar e sem saber o que é que este projeto-lei que virá trará de novo para este concelho. Pensa que se for desde o início do inquérito até à data do julgamento já não será mau, mas ficará de fora o Direito da Família, o Direito Comercial, ficará de fora uma série de ramos de Direito que fazem parte dos litígios deste concelho e, sem isso, as populações ficarão sempre prejudicadas. Pensa que a intenção é lógica e benevolente mas irá ficar muito aquém do que a população necessita. Por isso pensa que esta proposta apresentada pelo CDS-PP, nesse sentido, é benéfica para o concelho porque ainda haverá muito para fazer mas é preciso ver que o que é dito aqui em relação aos outros concelhos é que lhe merece algum reparo. Em primeiro lugar, é preciso ver que em todos os concelhos onde não houve secção de proximidade, em todos eles sempre tiveram muito menos trabalho e uma dependência judicial muito menor do que o concelho de Mondim de Basto. De tal modo é que muitos destes concelhos tinham um magistrado para dois tribunais. Isto para dizer que o que o CDS-PP traz para aqui no sentido de que o concelho de Mondim ficará pior em relação aos outros concelhos, se isto acontecer será uma aberração e pensa que é impossível. Não foi essa a ideia com que ficou de que isso possa acontecer porque se isso acontecer será tratar-nos como desiguais em relação a concelhos que têm muito menos dependência judicial do que Mondim de Basto. Em segundo lugar: muitas vezes as questões técnicas não são explicadas pelo poder político mas é preciso saber que conforme as comarcas estão feitas neste momento englobam um distrito inteiro, neste caso o de Vila Real. Ou seja, para termos competência como comarca de Mondim de Basto, para isso teria de haver uma reforma outra vez do mapa judicial – teria que se reformular tudo para se trazer outra vez os tribunais e a comarca com uma competência específica



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

para que determinadas coisas sejam feitas nesse local e não lhe parece que isso vá acontecer, com exceção dos ditos crimes com moldura penal até aos cinco anos. Isto tem muita importância porque se um cidadão quiser consultar um processo, o processo físico não está em Mondim de Basto. Se um cidadão quiser uma certidão, tem que ir a Vila Real porque se vierem cá fazer os julgamentos os processos estão em Vila Real na mesma, não muda nada. O que vai acontecer vai ser muito pouco para as pessoas que estão em espera. Pensa que os tribunais serem instalados em Mesão Frio, em Boticas, isso não vai acontecer. O que vai acontecer é os juizes provavelmente deslocarem-se, os procuradores deslocarem-se, mas não serem residentes. Portanto se um cidadão quiser falar com o seu procurador, como acontece muito no Direito de Família, tem de ir a Vila Real. Não é como acontecia antes que o procurador aqui em Mondim de Basto atendia às sextas-feiras. Por isso, o que o CDS-PP aqui tem, no seu entender, é benéfico. Conclusão: tudo isto para dizer que, muitas vezes, os senhores governantes deviam explicar ao povo as questões na prática para o público saber o que lhe acontece. Não é dizer que vai haver julgamentos em Mondim de Basto. E o resto? E quando me chamam ao Tribunal para eu falar com o Procurador vou aqui ou tenho que fazer o trajeto até Vila Real? E quando quiser consultar um processo? Concluiu dizendo que pensa que são estas questões que deviam ser elucidadas à população de Mondim de Basto porque, para quem está na grande cidade, esta reforma judiciária não se sente porque os tribunais continuam com a dita competência. As populações residentes é que estão aqui prejudicadas. -----

O senhor deputado municipal Carlos Filipe Meireles Macedo usou da palavra para dizer que a sua intervenção vem no sentido de saber relativamente a esta proposta do CDS-PP, qual é a informação que têm e qual é que é a fonte que garante que os tribunais de Mesão Frio, de Murça, de Sabrosa e de Boticas vão ter um serviço equivalente ou superior ao de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Mondim de Basto. Após esta informação prestada poderá emitir a opinião do grupo parlamentar do Partido Socialista. -----

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão de Mondim de Basto, Fernando Maria Dinis Carvalho Gomes, usou da palavra para dizer que a informação constante da proposta foi dada pela senhora Ministra e pela comunicação social. Agradeceu ao senhor deputado Alfredo Mendonça por dizer que todas as propostas são válidas, mesmo que elas representem pouco ou muito, porque há quem não veja assim. Para responder ao senhor deputado Carlos Macedo, referiu que no Governo anterior houve uma luta medonha – manifestação em manifestação, houve uma moção, providências cautelares a exigir a normalidade de como era o Tribunal de Mondim de Basto e agora vê-se o executivo a aceitar uma coisa que não é o Tribunal como era antigamente. Porque é que agora não se faz o tal barulho de antigamente? Entrou uma providência cautelar que não foi aceite, foi rejeitada, porque é que agora o executivo não mete uma providência cautelar, porque é que não dá novamente força a essa moção? A moção do Partido Socialista enviada à Assembleia da República no Governo anterior pede mais do que aquilo que foi dado agora. O que questiona é porque é que este executivo, agora tendo o seu Governo, que reclamou tanto que não tinha acesso a ministros, e que agora traz Secretários de Estado e Ministros para Mondim, porque é que não traz essa normalidade do Tribunal de Mondim de Basto? A proposta do CDS-PP é melhor do que aquilo que em princípio vai ser. Agora também querem que o executivo atual faça pressão junto do Governo, que é da sua cor partidária, como fez com o Governo anterior. -----

O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que teve acesso a esta proposta e, com todo o respeito que tem por todos os intervenientes, e está aqui o Dr. Mendonça que conhece a realidade porque é advogado e representante da ordem, entende que esta proposta parte de uma falsidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Acrescentou que quer a intervenção do Dr. Mendonça, quer a intervenção do senhor Presidente da Junta de Mondim não disseram o que está aqui. O que está aqui diz assim: *«Na verdade, da informação que é já conhecida sobre o plano de reabertura dos tribunais do atual Governo, torna-se já claro que os tribunais de Boticas, Mesão Frio, Murça e Sabrosa, que haviam encerrado e nem sequer eram secção de proximidade, vão agora reabrir com todas as competências de um tribunal; terão um juiz e um procurador próprios, para realizar os julgamentos criminais com uma moldura penal de até cinco anos»*. Isto é falso. Aliás foi o senhor Dr. Mendonça que disse. Ou seja, a proposta do CDS parte de um pressuposto que é falso. Mesão Frio tem metade da população de Mondim pelo que terá supostamente metade dos processos e ia agora ter um juiz e um procurador e Mondim de Basto não teria? Informou que teve o cuidado de enviar a proposta do CDS para a Chefe de Gabinete da Ministra e que os documentos que estão disponíveis dizem exatamente o contrário disto: não é verdade que o Tribunal de Mondim vá ficar com menos competências que os outros mas a proposta do CDS diz isso. E a proposta repete o seguinte: *«Não compreendemos nem vislumbramos as razões que justificam que o Tribunal de Mondim de Basto não reabra nas mesmas condições em que vão reabrir os tribunais de Boticas, Mesão Frio, Murça e Sabrosa»*. É falso. O senhor Presidente da Câmara informou que tinha contactado e que estava autorizado a usar as declarações do senhor Juiz Presidente da Comarca de Vila Real que lhe disse que isto era falso. A senhora Chefe de Gabinete da Ministra disse que a situação futura de Boticas, Murça, Mesão Frio, Sabrosa e Mondim de Basto é exatamente igual sob o ponto de vista do reajustamento do mapa judiciário. Os antigos tribunais fechados e as atuais secções de proximidade passarão a ter o mesmo regime designando-se todos como Tribunais. Das duas uma: ou os autores da proposta não sabem aquilo que escreveram, e é grave porque não podemos tornar público uma proposta, antes de ela ser discutida, baseada num pressuposto que é falso; ou então sabem e mentiram.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Só há duas alternativas. Esta proposta baseia-se num pressuposto que é falso pelo que entende o repto do senhor deputado Carlos Macedo que diz para provarem o que está na proposta. Aliás o Dr. Mendonça antecipou-se e disse que isto não era verdade. Entende que esta Assembleia não deve aprovar uma proposta que parte de um pressuposto que é falso. O pressuposto é que o Tribunal de Mondim irá ficar desprestigiado em relação aos outros quatro e é mentira. Em seu entender, esta proposta não pode ser aprovada com este pressuposto porque os autores da proposta ou não sabem, ou não estudaram (e deviam tê-lo feito) ou então estudaram e sabiam e mentiram. -----

O senhor deputado municipal Alfredo Manuel Lopes Coelho Mendonça usou da palavra para dizer que ou não se fez explicar, ou então não percebeu o senhor Presidente, ou andam a falar uma linguagem diferente. O que disse e voltou a frisar foi: considera que a proposta apresentada pelo CDS-PP é benéfica no sentido de fazer pressão para termos melhores condições aqui em Mondim de Basto a nível de justiça. O que disse em contrário foi que não acredita, porque não tem informações nesse sentido, e já agora pode falar na sua experiência de trinta anos como profissional, que possa acontecer aquilo que é vertido na dita proposta, ou seja, que os concelhos de Mesão Frio, Boticas, Murça e Sabrosa venham a ter competências alargadas diferentes das de Mondim porque eles tinham muito menos trabalho do que nós. Não disse que era falso. O que considera aqui proposto e benéfico é que o concelho nunca irá ficar conforme está, devia ficar muito melhor do que esta «reformazinha» e por isso se esta proposta do CDS-PP for no sentido de melhorar acha que é benéfico. É má só porque é o Partido Socialista que está no poder? -----

O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que esta proposta diz que *«os subscritores propõem à Assembleia Municipal a aprovação desta moção e o seu envio urgente à Excelentíssima Senhora Ministra da Justiça, requerendo-se a*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

reapreciação do processo de revisão do Mapa Judiciário e de tal apreciação se garanta a reabertura do Tribunal Judicial de Mondim de Basto pelo menos nas mesmas condições em que vão ser reabertos, no distrito de Vila Real, os tribunais de Boticas, Mesão Frio, Murça e Sabrosa». Isto que está aqui é dizer que queremos ficar como Boticas e o que o senhor deputado Alfredo Mendonça quer dizer é que queremos ficar como Vila Pouca de Aguiar, que tem uma instância local (tem um juiz, tem um procurador). Concluiu dizendo que se for proposto fazer uma proposta para que o Tribunal de Mondim fique como Vila Pouca, como Montalegre, como Celorico, certamente que poderá convencer os deputados do Partido Socialista, mas que o que está nesta proposta é exatamente o contrário. -----

O senhor deputado municipal Alfredo Manuel Lopes Coelho Mendonça usou da palavra para dizer que, e com todo o respeito, o senhor Presidente da Câmara não sabe o que vai votar e acha que está a exceder as suas competências. O senhor Presidente da Câmara nem acertou numa coisa nem noutra porque não concorda com a instalação de uma instância local aqui em Mondim de Basto, mas sim que concorda com a instalação da Comarca aqui em Mondim de Basto. Foi o que disse: se isto é no sentido de nos trazer o que nós tínhamos é o que quer. Se a proposta tem erros, não duvida, se tem uma proposta deficiente, não duvida, mas o que disse é que ela é benéfica no sentido de fazer pressão junto do poder central para trazer aquilo que nós tínhamos para as populações. Não lhe chamou instância local. Queremos a Comarca e isso pressupõe a reforma judicial outra vez. Esta proposta é benéfica, não concordando com parte do que está aí, mas também não disse ao senhor Presidente se ia votar a favor ou contra ou que se ia abster. Agora, se o CDS apresentou esta proposta neste sentido, é benéfica pois é bom para o concelho. Qual é o mal? É por ser do CDS-PP? -----

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão de Mondim de Basto, Fernando Maria Dinis Carvalho Gomes, usou da palavra para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

responder ao senhor deputado Carlos Macedo que na comunicação social dizia o seguinte: A Ministra vai reabrir vinte tribunais e vai tornar vinte e sete secções de proximidade com outras competências. Mesão Frio e os outros concelhos estão de um lado, Mondim está do outro pelo que entendem que não é igual porque senão estavam todos do mesmo lado. Entende que a Ministra é que também deve saber escrever e transmitir. O senhor Presidente da Câmara gosta de denegrir e diz que a proposta do CDS-PP é falsa e mentirosa. Mas o senhor Presidente da Câmara é que enganou os mondinenses porque a luta que travou no Governo anterior não deu um passo sequer. Na primeira medida que a Ministra teve, que não vai repor o Tribunal, o senhor Presidente da Câmara não deu uma palavra, portanto enganou os mondinenses. Acrescentou que o senhor Presidente tem de ter cautela nas palavras pois fez pompa e circunstancia como se tivesse trazido a comarca para Mondim mas não é o caso. O senhor Presidente da Câmara tem de ser honesto para com os mondinenses. O CDS-PP, dentro das suas capacidades e falta de conhecimento apresentou uma proposta que merece todo o respeito. Se ela não é completa nem é clara, ela não é falsa nem mentirosa. Não têm conhecimento, fazem o que podem e merecem esse respeito. -----

O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que não disse que ninguém era falso mas sim que a proposta parte de um pressuposto que é falso. E é. Aliás, a freguesia de São Cristóvão de Mondim foi a primeira a aplaudir o anúncio da Ministra. E passou a ler: *«A freguesia de São Cristóvão de Mondim de Basto manifesta a sua enorme satisfação com a determinação imposta pelo Ministério da Justiça para que os magistrados cumpram o que ficou previsto na reforma judiciária no que diz respeito às secções de proximidade»*. Esta proposta que está aqui do CDS parte de um pressuposto que é falso. Se a proposta for ajustada, noutra altura, não se repugnaria, se estivesse desse lado, a votar a proposta. ---



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

O senhor deputado municipal João Diogo Alarcão Carvalho Branco usou da palavra para fazer dois reparos semânticos pois entende que se havia um termo que podia ser utilizado era “inexato”, pois se houvesse qualquer coisa que não era exatamente assim, passar daí para chamar falso, é um exagero no seu entender. Para responder ao senhor deputado Carlos Macedo, esclareceu que esta proposta se baseou nas declarações da senhora Ministra da Justiça que fez uma diferenciação colocando dois planos. Referindo-se à intervenção do senhor Presidente da Câmara quando diz que é mais ambicioso e que é preciso ficar igual a Vila Pouca de Aguiar, considera que é ótimo. Agora o que aqui está não diz aquilo que o senhor Presidente da Câmara disse. Está aqui escrito que queremos a reabertura do Tribunal Judicial de Mondim de Basto, pelo menos, nas mesmas condições. Ou seja, é muito mais grave estarmos abaixo e a realidade é que, verbalmente e com declarações da senhora Ministra, acredita mais na senhora Ministra porque tem mais poderes do que, sem estar a pôr em causa a idoneidade de ninguém que tenha dado informações, a senhora Chefe de Gabinete. Querem pelo menos isto, ou melhor, e o que querem para Mondim é o melhor confirmando o ideal que evidentemente, era que fosse restaurada a Comarca. Se calhar, isto até era bom para o senhor Presidente da Câmara que acontecesse na vigência do seu exercício, conseguia uma vitória. Infelizmente, pelos vistos, não está a conseguir. -----

O senhor deputado municipal Francisco Miguel Barros da Silva Ramos usou da palavra para dizer que lhe parece que estão a discutir um bocadinho ao lado daquilo que é o objetivo. Parece-lhe que o objetivo era, pelo menos, conseguir o tribunal com as mesmas competências e características que era o que existia antes de o Tribunal se transformar em secção de proximidade. Isso era o ideal. Foi esse ideal que os moveu a todos, sem exceção, quando era o anterior Governo que lá estava, e deveria ser esse o ideal que os devia mover a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

todos neste momento. Admite que a proposta possa conter imprecisões, mas aquilo que acha que deviam decidir era, eventualmente, retirar esta proposta e fazer uma que fosse convergente, mas que o objetivo fosse o mesmo – uma decisão de reprovação a esta decisão e uma exigência daquilo que foi retirado. Portanto se houver, e esta é a sua opinião, convergência nesse sentido ou nesta Assembleia reformular a proposta, ou numa Assembleia diferente com a proposta bem reformulada, a mesma ser decidida. Acha que era objetivo e positivo para todos. -----

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão de Mondim de Basto, Fernando Maria Dinis Carvalho Gomes, usou da palavra para perguntar ao senhor deputado Carlos Macedo se é melhor ter um Tribunal ou ter uma secção de proximidade com outras competências? Isto precisa de ser esclarecido para saberem qual é o melhor modelo. A Junta de Freguesia aplaudiu porque é realista e porque esteve na frente da batalha e ao lado e continuará se for preciso. O que a Junta de Freguesia aplaudiu é que apresentou uma carta reivindicativa à Ministra, ao Presidente do Conselho do Supremo de Magistratura e da Comarca de Vila Real, a exigir que fossem cumpridos os julgamentos das secções de proximidade e, segundo a Ministra disse, os juízes vão ter que vir cá. A Junta de Freguesia aplaudiu porque a sua carta foi satisfeita. Nós tivemos uma vitória mas o senhor Presidente da Câmara ainda não conseguiu a sua e aceitou de ânimo leve aquilo que a Ministra ofereceu. -----

O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que aquilo que acabou por acontecer aqui foi que se chegou à conclusão de que a proposta que está aqui em discussão tinha um pressuposto errado. Colocou a seguinte pergunta: quem é que aqui dentro consegue provar que os tribunais referidos vão ter um juiz residente? Ninguém. Significa que a proposta que está aqui em discussão é uma proposta que parte de um pressuposto que é errado. Significa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

que afinal chegamos todos a um acordo. Sobre a questão da Junta de Freguesia de Mondim, o que esta fez foi enviar uma proposta para o Conselho Superior de Magistratura e o senhor vice-presidente do Conselho Superior de Magistratura disse à Junta de Mondim que tinha registado a solicitação e que iria encaminhar para o Governo a quem compete a alteração legislativa. Não vale a pena perder muito tempo sobre isto, sendo que o que é importante, e não votando, aceita o repto de fazer uma proposta conjunta, mas bem elaborada, e que tenha o objetivo de fazer chegar a Lisboa a nossa posição. ---

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão de Mondim de Basto, Fernando Maria Dinis Carvalho Gomes, usou da palavra para dizer que o CDS-PP reconhece e entende que a proposta não tem muita matéria ou informação para ser enviada pelo que o CDS-PP retirava a proposta. Mas considera que ela fez efeito e já vai sair daqui uma proposta mais séria. Se não fosse esta proposta, iríamos ficar com o pouquíssimo que a Ministra deu e que o senhor Presidente da Câmara não reclamou. Esta proposta vai obrigar que esta Assembleia faça uma proposta em que o concelho possa ter mais valências. Só nisso o CDS-PP já se congratula pela vitória que teve porque o senhor Presidente da Câmara baixou os braços. -----

O senhor deputado municipal Francisco Miguel Barros da Silva Ramos usou da palavra para dizer que é de louvar esta decisão do CDS-PP porque, em prol de uma coisa mais fundamentada e certamente mais assertiva, decidiu retirar a proposta. Sugeriu que fosse nomeada uma pessoa de cada partido para elaborar essa proposta e apresentá-la ao senhor Presidente da Assembleia Municipal para ser aqui trazida. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou então que cada grupo parlamentar indicasse um nome tendo sido indicados por unanimidade os seguintes deputados municipais: Francisco Miguel Barros da Silva Ramos pelo PSD; Fernando Carvalho Gomes, pelo CDS-PP, que cedeu o seu lugar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

ao deputado municipal Alfredo Mendonça; Carlos Filipe Meireles Macedo pelo Partido Socialista. -----

2.12- Pedido de tomada de posição em defesa da Escola Pública – FENPROF -----

O senhor deputado municipal João Diogo Alarcão Carvalho Branco usou da palavra para dizer que, em seu nome pessoal, faria uma ressalva a esta questão. Está de acordo com a primazia e todo o apoio que possa ser e deve ser concedido à escola pública. Entende também que há instituições privadas que servem melhor o interesse público do que outras que são públicas de nome. No seu caso, não se sente com capacidade para tomar uma posição relativamente a esta matéria já que a maior parte dos signatários são profundos interventores políticos e, como tal, tem uma intenção política. Lastima porque acredita em duas coisas: no ensino público e no sindicalismo. Agora não identifica estes subscritores com o sindicalismo pelo que, como tal, não votará. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para dizer que os pressupostos para esta votação estão definidos na documentação. Claro que, se calhar, tem sempre uma questão política ao nível da educação mas parece-lhe que os pressupostos são válidos. -----

O senhor deputado municipal Carlos Filipe Meireles Macedo usou da palavra para dizer que, como docente da escola pública, subscreve totalmente o que vem na proposta da FENPROF até porque ela não defende apenas a escola pública e os dinheiros públicos do erário público mas sim também o ensino particular e privado. Agora o que não concorda é que uma escola pública esteja fechada e um colégio privado à frente esteja cheio, financiado pelos dinheiros públicos. É esta a sua posição e é isto que defende. -----

Não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa colocou à votação o Pedido de tomada de posição em defesa da Escola**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Pública - FENPROF que foi aprovado por maioria, com doze votos a favor, cinco votos contra e quatro abstenções. -----

2.13- Informação das Candidaturas do Município de Mondim de Basto.

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão de Mondim de Basto, Fernando Maria Dinis Carvalho Gomes, usou da palavra para dizer que relativamente à Candidatura das Fisgas de Ermelo gostaria de ter a informação da Comissão Nacional da UNESCO sobre o porquê de não incluir a Candidatura das Fisgas de Ermelo na lista indicativa. É claro que há muitos países que não querem o seu património mas há quem queira pois traz sempre alguma visibilidade e alguma dinâmica. Mas também têm que ser realistas e pensa que Mondim de Basto tem outras alternativas e deve pensar numa alternativa mais global para o território e não só numa que é muito localizada. De seguida passou a ler uma proposta que entregou à Mesa: *«Candidatura à Global da UNESCO Geopark – As regiões de montanha, consideradas zonas rurais com grande valor ambiental e paisagístico devido ao seu declive demográfico, apresentam-se com elevados níveis de despovoamento, o que carece de políticas e estratégias de desenvolvimento capazes de atenuar o isolamento. Certos estamos de que a montanha é a marca dominante nas paisagens de Mondim de Basto, ora refletida no Monte Farinha (Sra. Da Graça), ora refletida nas Serras do Alvão e Marão, as Fisgas de Ermelo, hoje reconhecidas internacionalmente pelo seu enquadramento natural e paisagístico, no mínimo singulares. Pensar uma estratégia de desenvolvimento local que não considere este património natural como um todo – Monte Farinha (Sra. Da Graça) e Serras do Alvão e Marão (PNAL), a sua identidade cultural e respetiva atividade económica, específica das zonas de montanha, é certamente uma ação condenada ao fracasso e um erro estratégico que levará a perda de oportunidades e ao inequívoco desgaste do potencial turístico dos nossos recursos territoriais. É igualmente inequívoca que a sustentabilidade dos projetos a criar é a pedra angular para o desenvolvimento de oportunidades reais para a realidade turística do concelho de Mondim de Basto. Apresentando uma visão holística do território, voltamos a corroborar que*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

consideramos fundamental a adoção de estratégias de desenvolvimento assentes em projetos integrados, capazes de unir sinergias entre as cadeias de valor deste concelho de montanha e a nossa realidade socioeconómica. Até hoje, verificou-se a inexistência de um projeto turístico consistente e real, que apontasse a utilização holística destes recursos. Assiste-se sim a uma potenciação isolada – o que leva, sem qualquer sombra de dúvida ao seu subaproveitamento e conseqüente desgaste tanto na perspetiva da imagem como nas possíveis capacidades de carga, pois não se encontra prevista a dispersão do turista no território, mas sim a sua concentração massiva em locais. O que hoje pode não apresentar ser um problema, pois é justificado pelo aumento dos fluxos turísticos, bons para a economia local, a falta de planeamento e de planos estratégicos, poderá, no futuro, ser um grave problema no quadro da sustentabilidade dos recursos, comprometendo todo o quadro turístico. Considerando o potencial turístico do concelho, especificamente nos seus recursos geológicos e culturais associados, propomos a preparação de uma candidatura à criação de um Geoparque Terras de Basto, unindo os quatro concelhos de Basto, num projeto turístico comum. Consideramos que o geoturismo é um segmento do turismo caracterizado por ter o património geológico como principal atrativo, que envolve a sustentabilidade dos locais de visitaçã, promove a geoconservaçã do património geológico e envolve as comunidades locais através das atividades económicas sustentáveis, aumentando a oferta de emprego e renda e beneficiando o turista a partir da disponibilizaçã de serviços, produtos e suprimentos. Um Geoparque é uma área prtotegida que tem como elemento principal seu património geológico. Segundo a definiçã da UNESCO, um geoparque é “um território de limites bem definidos com uma área suficientemente grande para servir de apoio ao desenvolvimento socioeconómico local”. Os Geoparques sã áreas geográficas únicas e unificadas, onde sítios e paisagens de significado geológico internacional sã gerenciados com um conceito holístico de proteçã, educaçã e desenvolvimento sustentável. A Global da UNESCO Geopark usa o património geológico interligado com todos os outros aspetos do património natural e cultural da regiã, para aumentar a consciêcia e compreensã das principais questões que a sociedade enfrenta, como o uso de recursos da nossa terra de forma sustentável, mitigaçã dos efeitos das alterações



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

climáticas e a redução de desastres naturais relacionados com riscos. Através da sensibilização para a importância do património geológico da região na história e na sociedade de hoje, a UNESCO Global de Geoparques proporciona às pessoas locais um sentimento de orgulho na sua região e reforçando a sua identificação territorial. A criação de empresas inovadoras locais, novos postos de trabalho e cursos de formação de elevada qualidade é estimulado como novas fontes de receita, gerados através do geoturismo, enquanto os recursos geológicos da área são protegidos. O uso diferenciador e a dimensão socioeconómica do Património Geológico pode ser o motor de desenvolvimento de uma região, assentando na Conservação, na Educação e no Turismo». -----

2.14- Informação do Executivo -----

O senhor deputado municipal Francisco Miguel Barros da Silva Ramos usou da palavra para solicitar esclarecimentos sobre duas adjudicações. Uma delas de dezanove mil cento e vinte e nove mil euros à empresa Rurisocietate, Lda., para aquisição de serviços de apoio à elaboração do diagnóstico estratégico e dos planos de ação para a promoção turística e competitividade do tecido empresarial. A pergunta é que tipo de serviços em concreto foram contratados e qual o objetivo final. A segunda pergunta tem a ver também com uma adjudicação à empresa BullishMarket, e acha que era importante explicar a razão por que se vai pagar setenta e cinco mil euros a uma empresa para negociação da reestruturação das obrigações financeiras assumidas pelo município. Não consegue perceber o porquê desta adjudicação e queria que fosse aqui explicado. -----

O senhor Presidente da Câmara usou da palavra explicar que esta questão dos setenta e cinco mil euros refere-se a uma proposta de uma empresa para reestruturação do spread do empréstimo e só se paga se houver reestruturação, ou seja, a Câmara tem custo zero. Não tem aqui o contrato mas se o senhor deputado o quiser consultar na Câmara estará disponível. Sobre a outra questão, referiu que se trata de uma empresa que fez as candidaturas, que nos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

dá uma garantia na elaboração de candidaturas e da aprovação. Tanto é que as duas candidaturas que foram elaboradas por essa empresa foram aprovadas. --

2.14- Intervenção do Público -----

O cidadão Agostinho Nunes, tendo -se inscrito para falar neste ponto da ordem do dia, usou da palavra para dizer que é residente em Vilar de Viando, numa zona que tem uma rua bastante acentuada, pelo que nos meses em que chove muito não se pode andar na rua. Isto acontece porque quando foi feita aquela estrada não foi feita a respetiva valeta, e aquela zona tem minas antigas e poços que deitam água para a rua e não é possível andar ali sem ser com galochas. Daí deslocar-se à Junta de Freguesia para falar com o senhor Presidente que expôs a sua situação à Câmara. Decorridos cerca de seis meses voltou novamente à Junta porque não tinha resposta e onde lhe foi dito que, desde que a Câmara cedesse a máquina e o disco, a Junta comprometia-se a fazer a obra. Então foi à Câmara onde falou com o senhor Vereador e o convenceu a emprestar a máquina à Junta de Freguesia. De seguida foi novamente à Junta onde o senhor Presidente lhe disse que logo que fosse possível a obra seria feita. Decorridos outros seis meses voltou novamente à Junta e apercebeu- se que havia de facto uma divisão entre a Câmara e a Junta de Freguesia. Está neste momento a aguardar uma resolução e isto é uma situação que dificulta a mobilidade na rua. Esta é a razão que o leva a intervir para que o senhor Presidente da Câmara tome esta situação em atenção porque não é só ele que mora ali. Concluiu dizendo que condenava a atitude do senhor Presidente da Junta por entender que os políticos devem ser sérios e não gostou da sua atitude relativamente a esta questão. -----

O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que lamentava de facto porque o senhor para vir aqui tem fortes razões. Da parte da Câmara, naturalmente não pode responder por outras instituições, esta está disponível para ir consigo ao local e certamente que, num curto espaço de tempo,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

faremos o que for preciso fazer. Concluiu dizendo que o senhor Agostinho Nunes tinha todo o direito de se manifestar. -----

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão de Mondim de Basto usou da palavra para dizer que era bom que muitos munícipes viessem fazer aquilo que o senhor Agostinho fez porque aí mostra que a autarquia tem outro procedimento. Referiu que o que tinha dito ao senhor Agostinho foi que, durante muito tempo, foram sempre recusadas as várias obras que a Freguesia pediu, pelo que a freguesia entendeu que há um limite e que essa obra que a freguesia se tinha comprometido a fazer era uma estrada municipal pelo que a Junta de Freguesia não iria investir o seu dinheiro numa estrada municipal. Como o município recusou várias obras na freguesia, a freguesia honestamente disse não. E é isto que o senhor Agostinho não aceitou, Terminou dizendo que o senhor Presidente da Câmara, nunca, até à data, fez uma única obra que a freguesia pediu e que esta obra referida pelo senhor Agostinho é a sua obrigação, essa e muitas mais, e é preciso que venham cá mais pessoas mostrar o que está mal nesta freguesia. -----

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----

Tendo terminado as intervenções, **o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou à votação a minuta das deliberações tomadas nesta reunião, tendo sido aprovada por unanimidade.** -----

Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a presente sessão, às vinte e uma horas, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida na sessão de 30 de setembro de 2016, e por estar conforme, foi aprovada e vai assinada pelo Senhor Presidente de Assembleia e pela funcionária Emília de Carvalho Gonçalves, designada para o efeito pela Autarquia, que a redigiu, para valer como tal. -----

